

4.1 INVESTBRAGA AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA E.M. -INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o pedido de indemnização compensatória nos termos do artº. 40º., da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, referente ao ano de 2013.



Exmo. Senhor

Dr. Ricardo Rio

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Praça do Município

4704-514 Braga

Braga, 15 de janeiro de 2018

Na sequência do n/ ofício de 12 de outubro de 2017 que se anexa, vem o Conselho de Administração da InvestBraga — Agência para a Dinamização Económica, E.M. solicitar a V. Exa. a transferência do valor de 333 967,90€ relativo aos resultados negativos antes de impostos de 2013.

Nos termos do disposto no n.2 do art. 40 da lei 50/2012, deveria ter-se já verificado a transferência para esta Empresa desse montante, o que ainda não sucedeu.

Anexamos nota justificativa daqueles resultados, demonstrações financeiras, Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas de 2013.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração

Carlos Oliveira

Dr. Ricardo Rio
18.01.18



Exmo. Senhor
Dr. Ricardo Rio
Presidente da Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4704-514 Braga

Braga, 12 de outubro de 2017

Dada a circunstância de se encontrar em fase de preparação o orçamento da Câmara Municipal de Braga para o ano 2018, vem o Conselho de Administração da InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M., expor e solicitar a V. Exa. o seguinte:

1. Do exercício desta Empresa relativo ao ano de 2013, e como melhor se vê do respetivo relatório e Contas, então aprovado, resultou um saldo negativo de € 333.967,90.
2. Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 40.º da lei 50/2012, deveria ter-se já verificado a transferência para esta Empresa desse montante, o que ainda não sucedeu.
3. Por outro lado, verifica-se também que para o exercício relativo ao corrente ano, está orçado um resultado líquido negativo de € 174.011,88, resultado este a que acresce o montante de € 42.455,43, que resulta da circunstância de esta Empresa ter reconhecido este valor como sendo devido à ADSE no quadro da transferência do passivo operada pela extinção da Editora Correio do Minho, S.M. e que não se encontrava refletido na respetiva contabilidade aquando da dita transferência.
4. Em face do exposto, solicita-se que os valores acima indicados sejam tidos em conta e incluídos no próximo orçamento da Câmara Municipal de Braga.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração

Carlos Oliveira



Nota justificativa dos resultados líquidos de 2013

Os resultados líquidos de 2013 apresentavam um valor negativo em resultado do acréscimo naquele ano de gastos nas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos (acréscimo de 10,92% relativamente a 2012) e de Gastos com o pessoal (acréscimo de 17,16% relativamente a 2012) que foi muito agravado pelas seguintes regularizações contabilizadas no mês 13, mês contabilístico de regularização, daquele ano:

Diário 71 documento 715 n.º 42 n.º de Diário 130.027

Anulação de dívida do Município de Braga no montante de 55 846,33€ decorrentes da transmissão para a PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – EM dos bens afetos à exploração do Serviço Municipalizado da Editora Correio do Minho, bem como dos direitos e obrigações decorrentes da extinção do mesmo Serviço Municipalizado conforme protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Braga e a PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – EM. O saldo em causa não estava reconhecido pelo Município.

Diário 71 documento 715 n.º 43 n.º de Diário 130.028

Anulação da dívida do Estado – Direcção geral da Comunicação Social no montante de 17 315,27€ relativa a compromissos assumidos no âmbito da transmissão do jornal Correio do Minho para a Câmara Municipal de Braga, conforme Auto de Cessão de 25 de janeiro de 1982.

Diário 71 documento 715 n.º 31 n.º de Diário 130.016

Anulação da dívida da Escola Profissional de Braga pelo montante de € 115 210,59 uma vez que por contrato de cessão de quota o Município de Braga transmitiu à empresa GO FLAG, SA com sede no Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1 – 3.º Dtº, 1050-094 LISBOA a quota correspondente a 99,78% do capital social da EPB – Escola Profissional de Braga, Lda. Face aquela transmissão de quota o crédito já não poderia ser regularizado no quadro das relações com a Câmara Municipal de Braga.

Balanço em 31.12.2013

Unidade: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2013	31.12.2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	808.278,99	927.727,38
Activos intangíveis	8	1.095,91	3.512,23
Clientes	14.2		
Estado e outros entes públicos	14.3		17.315,27
Accionistas/Sócios	5.1		484.030,79
		809.974,90	1.412.585,67
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	14.2	91.173,74	233.647,42
Adiantamentos a fornecedores	14.2	50,90	9.500,00
Estado e outros entes públicos	14.3	42.729,88	44.146,48
Accionistas/Sócios	5.1	210.000,00	210.000,00
Outras contas a receber	14.2		42.345,54
Caixa e depósitos bancários	4.1	18.791,89	73.411,12
		362.746,41	613.050,56
Total do ACTIVO		1.172.721,31	2.025.636,23
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		175.000,00	175.000,00
Prémios de emissão		219.127,47	219.127,47
Resultados transitados		(382.440,85)	(371.059,42)
Outras variações no capital próprio	11.2	599.843,71	672.221,27
Resultado líquido do período		(310.425,30)	7.933,93
Total do Capital Próprio		291.101,00	703.223,20
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Fornecedores	14.2		634,88
Financiamentos obtidos	8		123.191,40
Accionistas/Sócios	5.1		198.184,46
Passivos por impostos diferidos	11.2, 14.2	179.174,09	224.073,77
Outras contas a pagar	14.2	29.508,15	38.191,22
		208.682,24	564.275,73
Passivo corrente			
Fornecedores	14.2	284.188,94	277.534,90
Adiantamentos de clientes	14.2		286,39
Estado e outros entes públicos	14.3	24.750,08	13.364,82
Financiamentos obtidos	8	123.709,75	123.191,52
Outras contas a pagar	14.2	104.474,09	52.129,24
Diferimentos	17.6	135.815,21	271.630,43
		672.938,07	738.137,30
Total do Passivo		681.620,31	1.322.413,03
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.172.721,31	2.025.636,23

O técnico oficial de contas

Miguel António Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Albino

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2013

Unidade Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2 013	2 012
Vendas e serviços prestados	10	663 383,66	662 764,05
Subsídios à exploração	11	336 896,76	346 719,81
Fornecimentos e serviços externos	17.1	(600 135,42)	(610 132,23)
Gastos com pessoal	15	(511 249,75)	(496 357,74)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(2 408,48)	(4 760,66)
Outros rendimentos e ganhos	17.3	133 893,88	123 354,70
Outros gastos e perdas	17.2	(228 971,15)	(440 450,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	(207 491,46)	107 541,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	(126 470,46)	(128 393,42)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(333 961,91)	(18 791,61)
Juros e rendimentos similares obtidos	17.4	2 835,76	6 010,17
Juros e gastos similares suportados	17.5	(2 841,76)	(6 010,17)
Resultado antes de impostos	=	(333 967,90)	(18 791,61)
Imposto sobre rendimento do período	13	23 542,57	26 725,74
Resultado líquido do período	=	(310 425,33)	7 933,93

O técnico oficial de contas

João Carlos Ribeiro de Faria

O Conselho de Administração

Carlos Alberto de Faria
Alino Faria



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2013

De harmonia com o disposto na legislação aplicável e na qualidade de fiscal único da sociedade **PEB – Parque de Exposições de Braga, E.M.**, vimos submeter à apreciação de V. Ex^{as}. o relatório e parecer sobre o Relatório, as Contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

1. No quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis, designadamente nos termos dos art.ºs 420.º, 421.º e 452. do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, ao longo do exercício e a propósito do encerramento das contas

- à fiscalização dos actos da Administração, com base nos elementos da contabilidade da Empresa e nos esclarecimentos que a propósito solicitamos;
- à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da sociedade;
- à verificação dos documentos, registos e livros de escrituração;
- à análise das demonstrações financeiras, das políticas contabilísticas subjacentes bem como do Relatório de Gestão;
- à apreciação do Relatório do Revisor Oficial de Contas.

2. Os procedimentos seguidos permitem-nos concluir que:

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a actividade da Sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação financeira;
- Os actos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei ou com o contrato de sociedade.
- a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, foi emitida sem reservas, expressando uma ênfase relativa ao reconhecimento de anulação de saldos de terceiros já em mora em exercícios anteriores e outra reportada às transferências do Município de Braga a propósito do contrato programa e do arranjo urbanístico do parque de exposições de Braga.

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC nº 153
Capital Social 10.000,00€




CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

3. Nestas condições e como conclusão, somos de parecer:

- A Assembleia Geral deve aprovar as Contas e o Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentadas pela Administração;
- A Assembleia Geral deve aprovar a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão;
- A Assembleia Geral deve proceder à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade e sobre elas tirem as devidas conclusões, nos termos do art.º 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Braga, 23 de Abril de 2014



GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (N.º.153)

Representada por

Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras de **PEB – Parque de Exposições de Braga, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 1 172 721 Euros e um total de capital próprio de 291 101 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 310 425 Euros, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação numa base de amostragem do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação de aplicabilidade do princípio da continuidade ; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 076 500 - OROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **PEB – Parque de Exposições de Braga, E.M.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima registamos que:
- a. Como refere a nota 17.2 do Anexo e o Relatório de Gestão, a demonstração de resultados reflete a anulação de saldos de terceiros já em mora em exercícios anteriores, com efeito negativo no apuramento de resultados – saldos que a anterior Administração considerava realizáveis, conforme certificação legal das contas relativa ao exercício de 2012.
 - b. Os rendimentos registados incluem o montante de € 336 896 relativo a transferências recebidas do Município de Braga no quadro dos serviços de interesse municipal que a empresa presta e que se desdobra em duas verbas: uma primeira, no montante de € 199 000, já prevista no contrato programa sobre que oportunamente emitimos parecer, e uma segunda, no montante de € 137 896, decorrente do contrato plurianual relativo ao Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga.

Braga, 23 de Abril de 2014

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (N.º.153)

Representada por
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur

Sr. Presidente:

Assunto: *Indemnização Compensatória à IB, ano 2013; Artigo 40º da Lei 50/2012*

1. A IB vem requerer, ao abrigo do artigo 40º da Lei 50/2012, que seja transferido o montante de 333.967,90€ relativo aos resultados negativos antes de impostos de 2013.
2. Na verdade, prescreve aquele artigo 40º que *"no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa"*.
3. Esta norma, cuja epígrafe é *"Equilíbrio de Contas"*¹, impõe esta obrigação legal aos sócios das empresas locais, como forma de garantir que estas tenham sempre as contas equilibradas.

¹ Artigo 40.º

Equilíbrio de contas

1 - As empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

3 - Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social.

4 - No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos referidos no número anterior, os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local, nos termos e nos prazos da lei comercial.

5 - Sempre que o equilíbrio de exploração da empresa local só possa ser avaliado numa perspetiva plurianual que abranja a totalidade do período do investimento, é apresentado à Inspeção-Geral de Finanças, para efeitos de apreciação, e aos sócios de direito público um plano previsional de mapas de demonstração de fluxos de caixa líquidos atualizados na ótica do equilíbrio plurianual dos resultados.

6 - Na situação prevista no número anterior, os sócios de direito público consagram nos seus orçamentos anuais o montante previsional anual e os compromissos plurianuais necessários à cobertura dos desvios financeiros verificados no resultado líquido antes de impostos, relativamente ao previsto no mapa inicial que sejam da sua responsabilidade, em termos semelhantes aos previstos nos n.os 3 e 4.

7 - É permitida a correção do plano previsional de mapas de demonstração de fluxos de caixa líquidos, desde que seja igualmente submetida à apreciação da Inspeção-Geral de Finanças e os sócios de direito público procedam às transferências financeiras necessárias à sustentação de eventuais prejuízos acumulados em resultado de desvios ao plano previsional inicial.

Esta transferência financeira deve ser sempre prevista no orçamento da entidade pública (no caso em apreço, tem que existir previsão orçamental no Município) e deve ocorrer no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local, nos termos e nos prazos da lei convencional (nº 4 do artigo 40º).

4. E se tal transferência não ocorrer dentro deste prazo legal, quais são as consequências?

A consequência é a de que o passivo da empresa em causa é tido em conta para o apuramento de dívida total do Município, no ano em apreço. É o que resulta do artigo 54º da Lei 73/2013², de 03 de fevereiro, designadamente do artigo 54º, nº 1, al.c).

8 - As transferências financeiras a cargo dos sócios privados devem ser realizadas no mês seguinte à apreciação das contas pela entidade pública participante.

² Artigo 54.º

Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total

1 - Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresse das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- c) **As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;**
- d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime;
- e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município.

f) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

2 - As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 - Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

4 - Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.



Direção Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva

Isto é, as empresas locais e participadas são entidades relevantes para o apuramento dos limites da dívida total do Município, mas **só em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no supra citado artigo 40º da Lei 50/2012** .

Significa isto que no ano de 2013, a IB (à data designada PEB) foi entidade relevante para apuramento da dívida total do Município de Braga, por ter apresentado contas desequilibradas e por o Município não ter realizado a transferência financeira do valor dos resultados líquido negativos.

5. Mas tal não significa que a obrigação legal de transferir este valor se tenha extinguido. Pelo contrário, tal obrigação mantém-se e pode e deve ser cumprida pelo Município no ano de 2018, na qualidade de único sócio da IB e nos termos do referido artigo 40º da Lei 50/2012 (desde que, como referir, exista a necessária previsão orçamental no Município).

Será, assim, de remeter à apreciação do Executivo Municipal.

Braga, 17/01/1018

O Diretor Municipal:

زیستہ نیک